

MUSEU JULIO DE CASTILHOS: NARRATIVAS SOBRE O LUGAR DO OUTRO NA HISTÓRIA OFICIAL

JULIO DE CASTILHOS MUSEUM: NARRATIVES ABOUT THE “OTHER” IN OFFICIAL HISTORY

Recebido em: 10/08/2021

Aceito em: 09/09/2021

Iandora de Melo Quadrado¹
Ana Carolina Gelmini de Faria²

Resumo: Este estudo se configura como um ensaio de caráter preliminar que tem como propósito discutir sobre a formação dos museus na Modernidade, levando em conta os conceitos de colonialidade e descolonização, em especial no que se refere a forma como os povos indígenas têm sido representados nesses espaços. Reflete sobre a trajetória do Museu Julio de Castilhos na primeira metade do século XX, analisando as representações indígenas evocadas em suas narrativas. Problematisa qual o papel do Museu frente ao contexto contemporâneo, no que se refere ao seu papel social e educativo. Por fim, aponta os caminhos propostos a partir da descolonização dos museus.

Palavras-chave: História dos museus; Colonialidade; Descolonização; Museu Julio de Castilhos; Educação nos museus.

Abstract: This study configures as a preliminary essay that discusses the formation of museums in Modernity, taking into account the conception of coloniality and decolonization, particularly how indigenous peoples have been represented in these spaces. It reflects about the trajectory of Julio de Castilhos Museum in the first half of the 20th century, analyzing the indigenous representations evoked in its narratives. It discusses the Museum's role in the contemporary context in regard to its social and educational role. Lastly, it points the paths to the decolonization of museums.

Keyword: History of museums; Coloniality; Decolonization; Julio de Castilhos Museum, Museum education.

INTRODUÇÃO

A história dos museus na Modernidade é permeada por relações de poder, cuja origem está intimamente ligada ao processo de colonização levado a cabo pelos europeus a partir do século XV. O surgimento da ideia de museu, tal qual se conhece hoje, nasceu a partir de coleções particulares, os chamados Gabinetes de Curiosidades, que continham objetos de várias partes do mundo, e que serviam como legitimadores de status e poder.

¹ Historiadora (UNILASALLE), especialista em História do Brasil Contemporâneo (FAPA). Discente do Curso de Museologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e mestranda do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio (PPGMUSPA/UFRGS). Bolsista do Programa de Iniciação Científica BIC/UFRGS pelo projeto “O campo dos museus brasileiro: uma História dos Museus a partir da atuação de seus agentes”. Orcid: 0000-0002-9967-2282. Email: iandoramelo@gmail.com

² Museóloga (UNIRIO), mestre e doutora em Educação (UFRGS). Docente do Curso de Museologia do Departamento de Ciências da Informação da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (DCI/FABICO/UFRGS) e do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio da mesma universidade (PPGMusPa/UFRGS). Coordenadora do projeto de pesquisa “O campo dos Museus Brasileiros: uma História dos Museus a partir da atuação de seus agentes” (2017-atual). Membro dos grupos de pesquisa do CNPq “Escritas da história em museus: objetos, narrativas e temporalidades” e do “GEMMUS - Grupo de Estudos em Memória, Museus e Patrimônio”. Orcid: 0000-0003-0727-9991. Contato eletrônico: carolina.gelmini@ufrgs.br

O presente estudo se configura em um ensaio de caráter preliminar, cujo objetivo principal é analisar, ainda que de modo introdutório, como a partir desses primeiros museus de acesso restrito, aos poucos foi se forjando a concepção de patrimônio cultural, que via exotismo em tudo que não fosse europeu, visão que se estendeu aos povos indígenas da América, a partir de uma ótica eurocêntrica que impôs a hierarquização da cultura visual e material destas sociedades. A pesquisa tem como cenário o Museu Julio de Castilhos (MJC), cuja origem remonta ao início do século XX. A análise centrou-se em fontes bibliográficas e documentais e, embora, como já dito, não haja o intuito de aprofundar o debate proposto acredita-se que este trabalho seja uma oportunidade de refletir sobre o lugar que o MJC tem ocupado nos debates sobre História dos Museus e a História da educação no país, especialmente no que refere ao seu papel social e educativo na contemporaneidade.

Desde o princípio os museus foram concebidos a partir da construção de um olhar sobre a cultura do Outro, uma vez que os objetos expostos representavam não a cultura europeia, mas sim, de outros povos, vistos dentro de uma perspectiva de hierarquia cultural, na qual eram considerados inferiores. Essas construções discursivas acarretaram consequências que ainda são percebidas até os dias atuais. Conforme Brulon (2020, p. 3):

Uma sala de museu é palco para a encenação de identidades forjadas por relações de poder sedimentadas pelo tempo desde a colonização. Paredes e vitrines, em suas divisões retilíneas, decompõem o mundo em seus fragmentos para a compreensão visando a dominação de seu conjunto. Os museus, ao encenar o Outro construindo distâncias invisíveis entre quem vê e quem é visto, quem produz e quem consome, ou quem pensa e quem é objeto de pensamento, materializam, nos regimes de colonialidade herdados de um passado pouco contestado, os patrimônios valorados no presente.

Assim, se evidencia o quanto as narrativas presentes na forma como os objetos são selecionados e expostos em uma instituição museológica podem corroborar para certas práticas sociais e políticas que se mostram excludentes e preconceituosas. No que se refere ao Brasil, este se enquadra no contexto indicado por Brulon (2020), que salienta que a primeira museologia pensada e praticada no Brasil no século XIX foi a museologia sobre o Outro, sendo que os sujeitos representados eram demarcados pela diferença.

No entanto, o autor aponta que o Museu Nacional, criado em 1818 sob o título de Museu Real e se configurando na primeira instituição museológica do Brasil, ainda no período imperial possuía algumas diferenças em relação a outros museus da Europa. Nesse sentido Brulon comenta que

Apesar das circunstâncias de sua origem e da centralidade da metrópole portuguesa no período de constituição de suas coleções iniciais, o Museu Nacional, primeira instituição brasileira a materializar o Outro em seu sentido colonial, apresentou mudanças sensíveis, desde o século XIX, observadas nos seus métodos de coleta e de representação dos objetos adquiridos por meio da pesquisa científica. No caso das coleções de etnologia do museu, como demonstrado por Fátima Nascimento, a observação de campo pelos cientistas coletores seria determinante na exposição dos objetos indígenas que figuravam menos como “troféus”, isto é, constituindo “despojos de expedições punitivas” – como nos museus britânicos da época, por exemplo – e mais como testemunhos de culturas em vias de se dar a conhecer. (NASCIMENTO apud BRULON, 2020, p. 7)

Até a segunda metade do século XIX o Museu Nacional permaneceu como única instituição de caráter científico do país, dedicado à História Natural. Porém, essa realidade mudou com o surgimento de museus em várias regiões do país, como o Museu Paraense Emílio Goeldi (1866), o Museu Paranaense (1876), o Museu Botânico do Amazonas (1883), o Museu Paulista (1894) e o Museu Julio de Castilhos (1903), criado no limiar do século XX. Esse último será o objeto de estudo da análise desenvolvida.

O MUSEU JULIO DE CASTILHOS E AS NARRATIVAS SOBRE O OUTRO

O Museu Julio de Castilhos³ (MJC), situado na capital gaúcha, foi criado no ano de 1903 e se constitui como a mais antiga instituição museológica do estado e assim como os demais museus citados anteriormente, se inseria em um contexto marcado por um crescente interesse pela História Natural, consonantes com as teorias evolucionistas em voga na época e também inseridos no cenário sócio-político brasileiro, que tinha como pano de fundo o desenvolvimento econômico, cujo discurso civilizador da agricultura apostava na diversificação da economia através de exposições de produtos. Assim como em outros locais o Museu do Estado do Rio Grande do Sul, posteriormente chamado de Museu Julio de Castilhos, tinha origem nos espólios de uma grande exposição, que foi denominada Exposição Agropecuária e Industrial do Rio Grande do Sul, situada no campo da Redenção (NEDEL, 2005).

Para compreender o lugar ocupado pelo Museu Julio de Castilhos nesse contexto se faz necessário um breve apanhado das primeiras gestões do Museu. A formação inicial do acervo preservado pelo MJC procurava reunir e classificar produtos naturais, difundindo saberes científicos, mas por outro lado tinha também como missão salvaguardar objetos ligados a cultura do homem. É

³ Criado a partir de um Decreto Estadual n. 589, de 30 de janeiro de 1903 (Arquivo do Museu Julio de Castilhos) (apud NEDEL, 2005). Localiza-se à Rua Duque de Caxias, 1205 - Centro Histórico - Porto Alegre/RS.

importante frisar, que embora estivesse presente em seu regulamento um caráter histórico, não houve ênfase ao acervo de História na primeira gestão, uma vez que o MJC teve como primeiro diretor o engenheiro Francisco Rodolpho Simch⁴ (1903-1925) e este direcionou suas ações para a coleta, o estudo e a classificação de coleções de Ciências Naturais, o que se explica em parte pelo contexto nacional/internacional da época, sob forte argumento econômico e que de certa forma refletia as escolhas feitas para o cargo de diretor. Ressalta-se que foi a partir da década de 1880 que os museus entraram em seu período de apogeu, quando houve a contratação de novos profissionais e o aparelhamento de equipamentos para cumprir seus novos fins científicos. Havia neste período uma certa homogeneidade entre os museus nacionais, que transparece na presença marcante de seus diretores (SCHWARCZ, 2016).

O contexto apontado acima era uma realidade em boa parte dos museus no Brasil. As gestões assumiram formatos personalistas que refletiam o ponto de vista daquele que estava à frente da instituição. Portanto, não foi obra do mero acaso a escolha dos diretores no Museu Julio de Castilhos, cuja predileção refletia os interesses e pensamento da época.

Durante a segunda gestão no MJC houve o início da chamada “guinada para a História”, que coincidiu com o declínio dos museus de viés científico e com os novos direcionamentos políticos. Essa mudança refletiu também na escolha de novos diretores, e no caso do Museu, o diretor escolhido para suceder Rodolpho Simch foi o autodidata Alcides Maya⁵ (1925-1939), que logo após assumir a instituição procurou dar ênfase ao acervo histórico. O Museu Julio de Castilhos sofreu uma alteração em sua estrutura, passando a contar com três departamentos: de Administração, de História Natural e outro de História Nacional. Este último foi integrado à seção histórica do Arquivo Público, transferida para a sede do Museu em outubro de 1925. Além disso, o Departamento também passou a abrigar o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (SILVA, 2018). Esse processo que culminaria com a transformação do Museu Julio de Castilhos de um museu enciclopédico em um museu histórico ocorreu de forma lenta e gradual, se consolidando apenas na década de 1950.

⁴ Foi o primeiro diretor do Museu Julio de Castilhos. Natural de Santa Cruz do Sul (RS), bacharel em Direito, Engenheiro de Minas, membro do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e professor da Universidade de Direito de Porto Alegre, onde lecionou de 1909 até 1937, ano em que faleceu em um acidente de carro (MARTINS, 1978).

⁵ Nasceu em São Gabriel (RS) em 1878, tendo falecido em 1944 na cidade do Rio de Janeiro. Foi jornalista, ensaísta, romancista e atuou na política. Foi nomeado diretor do Arquivo Público e posteriormente do Museu Julio de Castilhos (MARTINS, 1978).

O primeiro regulamento do MJC manifestava a intenção de reunir e classificar os produtos naturais do Rio Grande do Sul e todos os elementos que possam ser úteis ao estudo antropológico de seus primitivos habitantes, de colecionar os artefatos indígenas que tenham qualquer valor etnológico e bem assim os produtos de ciências, indústrias e artes modernas e documentos históricos. No que se refere aos objetos indígenas em especial, é preciso enfatizar que não há como falar sobre museus e patrimônio indígena sem mencionar como o processo de colonização impactou diretamente e de forma irreversível a história dos povos originários. O resultado desse impacto pode ser visto em vários museus do Brasil, através dos patrimônios indígenas salvaguardados pelos mesmos.

Ao analisar o processo histórico que levou a conquista da América e a consolidação do sistema colonial, Aníbal Quijano propõe uma reflexão a partir das relações econômicas e o uso da ideia de raça como legitimadora da suposta supremacia europeia.

A ideia de raça, em seu sentido moderno, não tem história conhecida antes da América. [...] Na América, a ideia de raça foi uma maneira de outorgar legitimidade às relações de dominação impostas pela conquista. A posterior constituição da Europa como nova identidade depois da América e a expansão do colonialismo europeu ao resto do mundo conduziram à elaboração da perspectiva eurocêntrica do conhecimento e com ela à elaboração teórica da ideia de raça como naturalização dessas relações coloniais de dominação entre europeus e não-europeus. (QUIJANO, 2005, p.107)

De acordo com Quijano (2005) o desenvolvimento do capitalismo mundial levou a esse controle e dominação do trabalho a partir da ideia de raça como parte de um novo padrão de poder mundial, assim a Europa também concentrou sob sua hegemonia o controle de todas as formas, como da subjetividade, da cultura, e em especial da produção do conhecimento. Assim, os povos dominados eram vistos como raças inferiores, menos capazes, representações que perduram até hoje no campo simbólico. Reprimiram tanto como puderam as formas de produção de conhecimento dos colonizados, seus padrões de produção de sentidos, seu universo simbólico, seus padrões de expressão e de objetivação da subjetividade (QUIJANO, 2005).

Dessa forma, a *colonialidade* se configura na persistência de certas representações e pontos de vista nas narrativas históricas que privilegiam o papel e o lugar de uma perspectiva colonizadora em detrimento da visão do Outro, neste caso dos povos originários sobre o processo histórico. Este olhar colonizado tem se perpetuado também nas instituições museológicas e podem ser percebidos na forma como os patrimônios oriundos dos povos subjugados foram incorporados nos acervos e também nas narrativas evocadas a partir deles.

No que diz respeito ao Museu Julio de Castilhos, nas primeiras décadas de sua existência já era possível perceber a forma como os povos indígenas eram vistos, a partir do posicionamento adotado pelo diretor Alcides Maya. Cabe ressaltar que no período em que esteve à frente do MJC o diretor manteve o Museu fechado quase na totalidade do tempo, sob alegação dos espaços não serem adequados para receberem público, voltando-se para a pesquisa e difusão do conhecimento na área da História, dirigindo sua fala para os públicos especializados. Conforme Melo (2019) os povos indígenas ficavam excluídos da história e eram vistos como inferiores, não pertencentes a mesma raça que a branca. A autora aponta que na perspectiva proferida pelo Museu os indígenas eram os Outros, e para ilustrar tal afirmação ela traz um documento no qual um renomado fotógrafo, Raphael Ferrari, sugere, em 1928, ao então diretor do MJC de pintar umas fotografias de indígenas para o Museu, já que estava constituindo uma Pinacoteca Histórica. No entanto, a resposta do diretor foi negativa conforme se verifica a seguir:

Em resposta à vossa carta enviada dia 02 do corrente, na qual apresenta a proposta de reproduzir em tela alguns retratos de índios, a fim de figurarem nas galerias do Museu e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, tenho a informar que, de acordo com o plano deste Instituto, presentemente, só aceito temas artísticos referentes ao nosso Estado. Futuramente, porém, poderão ser incorporados, igualmente, às coleções do Museu, quadros de assuntos brasileiros ou americanos. Considero, portanto, inaceitável a vossa proposta (RIO GRANDE DO SUL, 1928c, p. 04 apud MELO, 2019, p. 71).

Na passagem acima é explícita a visão do diretor que considerava o tema indígena como estrangeiro em relação à história do Rio Grande do Sul. O que leva a crer que as coleções etnológicas tinham o papel de demarcar a memória a ser forjada sobre a sociedade rio-grandense a partir das diferenças com outros povos, não incorporados à história oficial. Essa visão certamente se refletia nas produções científicas compartilhadas com seus pares.

A postura adotada frente aos acervos indígenas coloca em evidência a realidade de que “[...] ao mesmo tempo em que os indígenas eram colocados à margem da sociedade brasileira, o racismo estrutural removia dos seus objetos musealizados os traços da experiência indígena antes da musealização” (BRULON, 2020, p. 15). Ou seja, os artefatos indígenas eram separados dos corpos que os haviam produzidos, ficando reduzidos a mera curiosidade científica, sem que os sujeitos portadores desses objetos históricos pudessem ter espaço de fala, assim os objetos eram estudados em um contexto de espaço-tempo congelado, destituído de humanidade, de historicidade.

Com a saída de Alcides Maya, foi o médico sanitarista e educador Emílio Kemp⁶ (1939-150) quem assumiu a direção do MJC. Voltado principalmente para a Educação Básica, Kemp direcionou seus esforços após a assumir a direção do Museu Julio de Castilhos em efetivar uma série de ações que visavam aproximar o público escolar do Museu, através das visitas acompanhadas por funcionários do Museu, a organização e doação de museus escolares, mas especialmente na defesa persistente da importância daquilo que hoje chamamos de museografia, com a finalidade de promover a função educativa do Museu.

Uma das preocupações de Emílio Kemp, conforme aponta documentos existentes no acervo documental do Museu, reforçam a intenção em reabri-lo para que este cumprisse a sua função educativa, que na sua visão consistia em transformar os espaços da Instituição em verdadeiras salas de aulas. Em um documento o Diretor afirma que “[...] Tendo em vista que os museus são institutos de cultura, esta direção empenha-se na frequencia [sic] das alunas dos asilos para o fim de lhes serem ministrados os ensinamentos que a sras. professoras julgarem necessarios [sic]”. (RIO GRANDE DO SUL, 1939, p.223). Na correspondência enviada ao Secretário de Educação e Saúde Pública, Emílio Kemp ao contar sobre o envio dos ofícios afirma que a resolução tomada alargou a ação educacional do Museu (RIO GRANDE DO SUL, 1939).

De fato, parece que este propósito teve êxito, uma vez que como aponta o quadro enviado em um relatório de 1950 o número de visitas, inclusive de escolares foi aumentando progressivamente ao longo dos anos. Por exemplo, em 1939 foram 3.543 visitas, no ano de 1945 houve a presença de 15.728 e em 1949, após uma década da gestão de Emílio Kemp foram recebidos no Museu 18.206 visitantes (RIO GRANDE DO SUL, 1950-1951). Dessa forma há indícios de que, ao menos em parte, ele conseguiu efetivar suas ações pretendidas.

No entanto, um aspecto a ser analisado que interessa ao estudo aqui proposto sugere que havia uma ligação direta entre o aumento de público e o envio de materiais para a formação de museus escolares realizado para diversas instituições de ensino, inclusive de nível superior, como, por

⁶ Nasceu no Rio de Janeiro, em 1874, e faleceu em Porto Alegre, em 1955. Trabalhou como jornalista no Rio de Janeiro, onde foi redator da *Gazeta de Petrópolis* e fundou juntamente com Ernesto Paixão, em 1899, o jornal *O Comércio*, também em Petrópolis. Já em Porto Alegre, foi diretor do jornal *Correio do Povo* e fundou o jornal *A Manhã*. Formou-se médico, pela Faculdade de Medicina do Paraná, onde defendeu tese intitulada *A defesa da saúde pública no Rio Grande do Sul*. Teve vasta atuação na área da Educação, como professor e diretor de escolas de Ensino Básico. (BARRETO, 2017)

exemplo, o envio de materiais indígenas para a Faculdade Livre de Ciências de Letras. Em outra correspondência há uma carta de agradecimento da Diretora do Grupo Escolar Inácio Montanha, pelo auxílio na formação do seu museu escolar. Juntamente com a carta segue também uma lista dos materiais enviados e chama a atenção o fato de, assim como no caso da Faculdade de Letras, os objetos encaminhados para a escola eram artefatos indígenas. O fato da recorrência de objetos indígenas na formação dos museus escolares suscita algumas hipóteses, como ser uma área de interesse de Emílio Kemp, ou por serem os materiais em maior número no acervo do Museu, e/ou ainda por estarem ligados aos debates da época acerca da existência de raças. É importante salientar que a documentação aponta que os estudos dos povos indígenas ainda eram vistos dentro de uma perspectiva científicista, cuja imagem se encontrava fixa no passado.

Assim, cabe refletir de que maneira as narrativas evocadas na primeira metade do século XX sobre os indígenas e seus patrimônios culturais presentes no MJC ainda reverberam hoje. De que modo a perspectiva de ver o indígena como o Outro, contribuem para o pensamento da colonialidade? E mais, qual o papel do Museu Julio de Castilhos frente às novas realidades que colocam em pauta as agências de grupos até então silenciados?

A DESCOLONIZAÇÃO DO PENSAMENTO MUSEAL

A realidade apontada acima exige que se proponha um novo modo de pensar os museus e os seus acervos. Nas últimas décadas um movimento de *descolonização* desses espaços tem ganhado força, apontando caminhos possíveis de serem seguidos pelas instituições. Conforme Bruno Brulon (2020, p. 5):

[...] a descolonização do pensamento museológico significa a revisão das gramáticas museais, propiciando que patrimônios e museus possam ser disputados por um maior número de atores, materializando os sujeitos subalternizados no bojo de um fluxo cultural intenso que leve à composição de novos regimes de valor, a partir da denúncia dos regimes de colonialidade imperantes.

Ainda conforme Brulon (2020) novas experiências museais ocorridas a partir da década de 1970 contribuíram para a chamada virada decolonial, que segundo o autor foi o resultado de ao menos dois movimentos distintos e paralelos. De um lado o desenvolvimento dos ecomuseus na França e de outro se apresentavam nas ex-colônias, ainda que com menos visibilidade internacional, outras experiências inovadoras, que Moreno (2012) nomeou de museologias subalternas.

Brulon (2020) afirma que mais do que produzir sujeitos subalternos, os museus nacionais científicos dissimulam o sujeito soberano através da reprodução de um modelo de poder cujo centro invisível determina o que irá se materializar no seu entorno como patrimônio. Nesse sentido, a história do Museu Nacional atesta a história da materialização da relação de dominação colonial que ainda é constitutiva de patrimônios e museologias no presente. E ao representar discursivamente uma matéria que atesta a existência de um Outro distante em relação ao sujeito da ciência, o museu criado a partir do ideal colonizador acaba por coisificar a distância e por consequência produz materialmente a exclusão. O fato de indígenas ainda terem que lutar por sua existência simbólica nos museus da nação não está desvinculado do projeto político de sua eliminação material dos territórios que ocupam ou dos que poderiam vir a ocupar.

De acordo com o historiador e museólogo mexicano Luis Gerardo Morales Moreno o museu herdado nas colônias foi concebido pelos europeus como uma forma de “regulação racional das óticas estéticas e descritivas do mundo”. A partir da ruptura ideológica e prática dessa premissa permitiu o aparecimento de museologias experimentais locais, que iam ao encontro com as lógicas e valores dos grupos sociais excluídos dos centros de poder sobre o patrimônio e sobre a matéria a que se atribui valor. Um “olhar mestiço” levou os museus a reconsiderar o seu papel nas sociedades pós-coloniais e a reintegrar a matéria, por meio de um trabalho de restauração simbólica dos laços com o passado testemunhado em suas coleções (MORENO, 2012, apud BRULON, 2020).

Essas iniciativas apontadas acima visavam a ruptura com o modelo europeu hegemônico. Esses movimentos impulsionaram mais adiante novos direcionamentos ao fazer museológico e ao garantir um espaço de fala para os grupos cujos patrimônios se encontram salvaguardados nas instituições, e que demarcam a persistência da colonialidade. Assim, Cury (2017, p. 204) pontua que para haver uma descolonização dos museus “[...] a gestão de acervo no museu deve se descolonizar. Os trabalhos com indígenas geram “objetos museológicos”, ora objetos propriamente, ora fotografias, imagens e sons. Esse patrimônio é indígena sob a ação do museu que visa a musealização - integração no universo museal”.

Desse modo, não basta repensar os acervos já existentes nos museus, mas é preciso atribuir novos significados, a partir da perspectiva dos grupos a quem de fato pertence a história desses objetos, e mais, é preciso considerar o diálogo destes acervos com novos, advindos da produção e do entendimento dos povos originários. Nesse sentido a Brulon (2020) aponta a necessidade de se repensar a prática da musealização, uma vez que para o autor “Musealizar é materializar, é dar matéria

ao pensamento, e produzir musealidade é uma prática política que implica a criação de uma significação positiva, nas vitrines dos museus e nas sociedades que os concebem” (BRULON, 2020, p. 23).

No entanto, Quijano (2005) denuncia a permanência das estruturas coloniais no contexto pós-colonial na América ao afirmar que o fim do colonialismo não significou o fim da colonialidade, ou seja, o sistema de exploração, a desigualdade social e as questões raciais permaneceram e podem ser percebidas até a contemporaneidade. Ao abordar a colonialidade Quijano (2005) ajuda a compreender o lugar ocupado pelos grupos não hegemônicos dentro da narrativa da história oficial que desde o início do processo colonial os colocou em uma posição subalterna. Somam-se a esta visão os povos originários também.

O lugar ocupado pelos indígenas na constituição dessa memória oficial aparece muitas vezes cristalizado em um passado idealizado que hoje não têm voz nem espaço para discutir seus desafios e demandas atuais, frutos do impacto causado pelo processo de colonização. Aqui se tem um paradoxo, o indígena do passado, idealizado e o indígena do presente, por vezes marginalizado e muito pouco problematizado no mundo urbano e tecnológico em que vivemos.

Essas constatações reforçam a necessidade de se dar continuidade aos movimentos que vêm ocorrendo, conforme apontado anteriormente. Se faz necessário romper com certas verdades estabelecidas e aponta a urgência de se intensificar os diálogos com estes grupos que se encontram silenciados, e que por vezes são vistos como o Outro, dentro do discurso hegemônico. É preciso que haja um exercício de alteridade e colocando em xeque uma série de valores e pré-conceitos já estabelecidos.

Os museus tradicionais precisam ser mediadores destes diálogos fazendo emergir os conflitos entre diferentes pontos de vista, e que devem ser vistos de forma positiva, uma vez que a tensão gera novas possibilidades de narrativas sobre aquilo que está posto nos museus. Sobre esta relação entre os museus e os grupos aos quais representa a partir do seu acervo Russi (2019, p. 21) afirma que

[...] O monopólio do saber e das interpretações sobre as culturas deixou de ser dos estudiosos e passou a ser um lugar de disputas entre diferentes pontos de vista. Assim, nos chamados “museus tradicionais” e, em particular, nos museus antropológicos e etnográficos, gradualmente se experimentam novas práticas museológicas, indo desde o processo do colecionamento e documentação até o processo de exposição ou difusão do conhecimento produzido.

Desse modo, não basta repensar os acervos já existentes nos museus, mas é preciso atribuir novos significados, a partir da fala dos grupos a quem de fato pertence a história desses objetos, e mais, é preciso considerar o diálogo destes acervos com novos, advindos da produção e do entendimento dos grupos sociais que não pertencem tradicionalmente as narrativas da história forjada como oficial. Para que isso ocorra de fato, cabe reforçar a importância dos museus se repensarem, ou seja, se descolonizarem. Sobre isso Brulon (2020, p. 26) aponta que

Descolonizar museus e patrimônios é desnaturalizar a matéria sedimentada nas reservas técnicas dos séculos anteriores para imaginar outras materializações possíveis, para além dos regimes normativos que engendraram a museologia que nos foi legada. Descolonizar o pensamento sobre os museus e a museologia implica reimaginar os sujeitos dos museus, bem como os corpos passíveis à musealização. Isto é, num trabalho de arqueologia de nós mesmos e dos vestígios que escolhemos valorar, reimaginar as materializações possíveis em regimes museais descolonizados. A revisão do pensamento aqui proposta não prevê um abandono do dispositivo museu ou sua extinção para as sociedades do presente, mas a sua reinterpretação nos contextos tocados pela colonização, visando configurar novos regimes de valor para produzir patrimônios. Tal revisão, como demonstramos, compreende repensar o próprio pensamento para se imaginar materialidades outras, patrimônios outros, vidas outras passíveis de serem valoradas.

Portanto, as novas propostas têm potencial de abrir espaços de participação, além de oportunizar uma reflexão sobre o papel dos museus diante das novas possibilidades de narrativas, tendo como intuito a descolonização destes espaços, que convidam a repensar os museus para as exposições sejam feitas com os grupos representados, e não mais sobre estes grupos. Assim, os museus tornam-se zonas de negociação, de onde podem emergir novas narrativas e memórias a partir das tensões geradas entre instituição e grupos representados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, é possível apontar algumas conclusões. Primeiramente, se verificou a origem dos museus na modernidade, situada no contexto colonial, cujos acervos tinham por objetivo central representar a cultura do Outro, dentro de uma lógica hierárquica, que coloca a cultura europeia como superior.

No Brasil a constituição dos museus foi fortemente influenciada pelo modelo europeu, na composição dos acervos cuja ótica refletia a representação do exotismo, incluindo os povos originários. Essa realidade também pode ser observada na criação do Museu Julio de Castilhos, em que as quais as coleções tinham como propósito representar as riquezas naturais e econômicas do

estado, além de demonstrar o passado, a partir dos objetos indígenas, vistos dentro de uma perspectiva evolutiva.

É possível verificar no MJC, assim como em vários outros museus no Brasil a persistência do pensamento colonial, denominada colonialidade. Tais práticas refletem uma visão que estabelece o lugar dos povos originários ainda como o Outro, presos em uma imagem congelada e descolada da realidade atual.

Desse modo, é urgente que os museus olhem para si e repensem suas práticas, com vistas a descolonizar esses espaços, através de novos olhares sobre suas coleções, novas narrativas nas exposições, e principalmente a partir do diálogo como os povos cujos objetos se encontram guardados nos museus.

REFERÊNCIAS

BRULON, Bruno. Descolonizar o pensamento museológico: reintegrando a matéria para re-pensar os museus. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo, Nova Série, v. 28, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/155323> Acesso em 26 abr. 2021

CURY, Marília Xavier (Coord.). Circuitos museais a visitação crítica: descolonização e protagonismo indígena. **Revista Iberoamericana de Turismo - RITUR**, Penado, Volume 7, Dossiê Número 3, p. 87-113, dez. 2017. Disponível em: <http://www.seer.ufal.br/index.php/ritur/article/view/4175/2997>. Acesso em out. 2020

MELO, Roberta Madeira. **Objetos de coleção, pesquisa e educação: representações sobre os povos indígenas no Museu Julio de Castilhos (1901-1958) (Porto Alegre/RS)**, 2019, 189p. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/202055/001105135.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 11 nov. 2019.

MORENO, Luis Gerardo Morales. Museología subalterna (sobre las ruinas de Moctezuma II). **Revista de Indias**, v. LXXII, n. 254, p. 213-238, 2012.

NEDEL, Leticia Borges. **Paisagens da Província: o regionalismo sul-riograndense e o Museu Julio de Castilhos nos anos cinquenta, 1999**. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina. In: **Colonialidade do Saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latino-americanas. Edgardo Lander (org). Colección Sur, CLACSO, Ciudad autónoma de Buenos Aires, Argentina, p. 107-130, 2005. Disponível em:

[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2591382/mod_resource/content/1/colonialidade do saber eurocentrismo ciencias sociais.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2591382/mod_resource/content/1/colonialidade_do_saber_eurocentrismo_ciencias_sociais.pdf). Acesso em março de 2021.

RIO GRANDE DO SUL. Museu do Estado. **Livro de Ofícios Expedidos**, 1939, 417fls.

RIO GRANDE DO SUL. Museu do Estado. **Livro de Ofícios Expedidos**, 1950-1951, 446fls.

RUSSI, Adriana; ABREU, Regina. “Museologia colaborativa”: diferentes processos nas relações entre antropólogos, coleções etnográficas e povos indígenas *In: Revista Horizontes Antropológicos*, ano 25, n. 53, jan/abr., 2019

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil - 1870-1930**. 14 ed., São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

SILVA, Ana Celina Figueira da. **Investigações e evocações do passado: o Departamento de História Nacional do Museu Julio de Castilhos (Porto Alegre-RS, 1925-1939)**, 2018. 332f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.